

# **Demonstrações financeiras**

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Em 31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor  
Independente sobre as Demonstrações financeiras

# **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais .....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações do resultado abrangente .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às Demonstrações financeiras .....	11

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Suspensão da Receita Anual Permitida - RAP

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16, que trata da notificação pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS sobre o cancelamento do Termo de Liberação Parcial para operação comercial provisória ("TLP") que autorizava a operação comercial no trecho interligando as subestações de Luziânia (GO) e Pirapora 2 (MG) em decorrência da falta da Licença de Operação ("LO") que trâmitava no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") desde março de 2016. A Administração da Companhia entende

que não há a necessidade de reconhecer qualquer efeito em suas demonstrações financeiras considerando que: i) cumpriu rigorosamente os procedimentos de rede, o que permitiu ao ONS a emissão do TLP e início da operação comercial; ii) a linha de transmissão estava disponível e foi plenamente utilizada pelo ONS no período de vigência do TLP; iii) obteve, em 30 de janeiro de 2017, a Licença de Operação, única pendência indicada pelo ONS causadora da suspensão da RAP; iv) solicitou ao ONS a liberação do TLP e requereu o pagamento dos valores dos meses anteriores, desde a data de suspensão da RAP.

## **Outros Assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 05 de fevereiro de 2016, que não conteve nenhuma modificação

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e para o órgão regulador.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI  
Auditores Independentes S/S  
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

  
Antonio Carlos de Oliveira Pires  
Contador-CRC-RJ-065.305/O-0 RJ

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.051	51.594
Impostos a recuperar	5	5.433	4.246
Contas a receber ativo financeiro	6	33.042	-
Despesas pagas antecipadamente		56	46
Outros ativos circulantes		26	8
Contas a receber		40	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>41.648</b>	<b>55.894</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber ativo financeiro	6	1.235.190	968.189
Títulos e valores mobiliários	7	7.688	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos		-	19.171
Imobilizado líquido		208	145
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.243.085</b>	<b>987.505</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.284.733</b>	<b>1.043.399</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	22.263	47.955
Retenções contratuais		1.489	1.322
Empréstimos e financiamentos	9	45.939	11.588
Salários e encargos		411	326
Impostos e contribuições sociais		461	2.320
Dividendos a pagar	11.e	12.454	-
Encargos setoriais		61	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>83.078</b>	<b>63.511</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	561.700	536.422
Imposto de renda e contribuição diferidos	10	39.083	32.339
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>600.783</b>	<b>568.761</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	11		
Capital social	11.a	534.761	385.001
Reserva legal	11.b	3.931	1.309
Reserva de lucros retidos	11.c	48.414	11.051
Reserva de lucros a realizar	11.d	13.766	13.766
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>600.872</b>	<b>411.127</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.284.733</b>	<b>1.043.399</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>12</b>	<b>311.790</b>	<b>611.495</b>
Custo de Construção	<b>13</b>	(167.774)	(533.470)
Pesquisa e desenvolvimento		(112)	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(79)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(2.145)	-
Indisponibilidade de equipamento		(396)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>141.284</b>	<b>78.024</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(2.772)	(2.507)
Materiais		(13)	(8)
Serviços de terceiros		(930)	(972)
Tributos		(3)	(10)
Arrendamentos e aluguéis		(469)	(921)
Depreciação		(29)	(35)
Outros		-	(3)
<b>Total</b>		<b>(4.216)</b>	<b>(4.456)</b>
<b>LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>137.068</b>	<b>73.568</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Receitas de aplicações financeiras		3.286	12.818
Variações monetárias ativas		543	400
Outras receitas financeiras		6	108
<b>TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
PIS		(25)	(20)
COFINS		(151)	(120)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Juros e multas		(4.196)	(126)
Juros sobre empréstimos		(56.795)	(52.989)
Despesas com empréstimos		(1.242)	(11.658)
Outras despesas financeiras		(131)	(23)
<b>Total</b>		<b>(58.705)</b>	<b>(51.610)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>78.363</b>	<b>21.958</b>
Imposto de renda diferido		(19.051)	(5.490)
Contribuição social diferida		(6.873)	(1.977)
<b>Total</b>		<b>(25.924)</b>	<b>(7.467)</b>
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>52.439</b>	<b>14.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.



## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			AFAC	Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos	Lucros a realizar			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>265.001</b>	<b>584</b>	<b>11.051</b>	-	-	-	<b>276.636</b>
Integralização de capital com emissão de 60.000.000 de ações em 20/08/2015.	60.000	-	-	-	-	-	60.000
Integralização de capital com emissão de 30.000.000 de ações em 30/09/2015	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Integralização de capital com emissão de 30.000.000 de ações em 22/10/2015	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	14.491	14.491
Constituição da reserva legal	-	725	-	-	-	(725)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	13.766	-	(13.766)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>385.001</b>	<b>1.309</b>	<b>11.051</b>	<b>13.766</b>	-	-	<b>411.127</b>
Integralização de capital com emissão de 29.760.000 de ações em 04/02/2016.	29.760	-	-	-	-	-	29.760
Adiantamento para futuro aumento de capital em julho	-	-	-	-	50.000	-	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital em outubro	-	-	-	-	70.000	-	70.000
Integralização de capital com Afac em 31/12/2016	120.000	-	-	-	(120.000)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	52.439	52.439
Constituição de reserva legal	-	2.622	-	-	-	(2.622)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.454)	(12.454)
Constituição da reserva de lucros retidos	-	-	37.363	-	-	(37.363)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>534.761</b>	<b>3.931</b>	<b>48.414</b>	<b>13.766</b>	-	-	<b>600.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

---

	<u><b>31/12/2016</b></u>	<u><b>31/12/2015</b></u>
Lucro líquido do exercício	52.439	14.491
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<u><u><b>52.439</b></u></u>	<u><u><b>14.491</b></u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	78.363	21.958
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>		
Rendimentos sobre ativo financeiro	(143.480)	(78.024)
Depreciação	29	35
	<u>(65.090)</u>	<u>(56.031)</u>
<b>Aumento/Redução de Ativos e Passivos</b>		
Outros créditos	(8)	-
Impostos a recuperar	(1.187)	(3.122)
Despesas pagas antecipadamente	(10)	422
Fornecedores	(25.692)	35.008
Impostos e contribuições sociais	(1.859)	1.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(19)
Retenções contratuais	167	357
Encargos setoriais	61	-
Outros ativos circulantes	(18)	4
Salários e encargos	85	63
Contas a Receber	(40)	-
<b>Caixa Líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<u>(28.501)</u>	<u>34.655</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Acréscimo de imobilizado	(91)	(38)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(7.688)	-
Ativo Financeiro Indenizável	(156.563)	(534.538)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u>(164.342)</u>	<u>(534.576)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de Capital	149.760	120.000
Encargo sobre empréstimos	59.629	193.484
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>209.389</u>	<u>313.484</u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(48.543)</u>	<u>(242.468)</u>
Início do exercício	51.594	294.062
Final do exercício	3.051	51.594
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(48.543)</u>	<u>(242.468)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>RECEITA</b>		
Receita	311.790	533.470
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo	(167.774)	(533.470)
Serviços	(3.472)	(972)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>140.544</u>	<u>(972)</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Resultado Financeiro	(58.705)	26.414
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>81.839</u>	<u>25.442</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal	2.772	2.507
Tributos	26.119	7.477
Outros	509	967
Lucro do exercício	52.439	14.491
<b>TOTAL</b>	<u>81.839</u>	<u>25.442</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

---

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 21 de dezembro de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 12º andar, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do Lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 19 de dezembro de 2012.

O Lote G é composto pelas seguintes instalações nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás:

- Linha de Transmissão Barreiras II – Rio das Éguas, em 500 KV, circuito simples, com extensão aproximada de 239 km, com origem na Subestação Barreiras II e término na Subestação Rio das Éguas;
- Linha de Transmissão Rio das Éguas – Luziânia, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 368 km, com origem na Subestação Rio das Éguas e término na Subestação Luziânia;
- Linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 346 km, com origem na Subestação Luziânia e término na Subestação Pirapora 2;
- Com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linhas, interligação de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 100.264 (Cem milhões, duzentos e sessenta e quatro mil), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas – Luziânia. O trecho Barreiras II – Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

#### **1.2 Reforço – Resolução Autorizativa ANEEL Nº 6.030 de setembro de 2016:**

Em 12 de setembro de 2016, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da Paranaíba na subestação de Barreiras II, de forma a possibilitar a operação parcial por meio das acessantes Paranaíba e São Pedro Transmissora. O investimento previsto pela ANEEL é de aproximadamente R\$ 7.000, com

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

prazo de conclusão de 6 (seis) meses e incremento na RAP de aproximadamente R\$ 864. A companhia destaca que a implantação destes reforços foi concluída em janeiro de 2017.

### **1.3 Cancelamento do TLP – Termo de Liberação Parcial**

Em 13/09/2016, a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“PTE”) foi notificada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a respeito do cancelamento do Termo de Liberação Parcial para operação comercial provisória (“TLP”) que autorizava sua operação comercial no trecho G3, de aproximadamente 346 km e interligando as subestações de Luziânia (GO) e Pirapora 2 (MG). Este TLP foi concedido em 12/05/2016, após a Companhia cumprir rigorosamente todos os procedimentos de rede previstos pelo ONS. Em 30 de janeiro de 2017, a Companhia recebeu a Licença de Operação deste trecho e solicitou o TLP, incluindo a RAP de períodos anteriores desde a data da respectiva suspensão (Nota 16).

### **1.4 Capital de giro**

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$41.430 em virtude de investimentos realizados exclusivamente no projeto. Para equacionar esta situação, há previsão de captação de recursos via emissão de debêntures no mês de fevereiro de 2017, além da geração de caixa operacional com a conclusão da implantação do empreendimento. A Companhia ainda conta com o suporte financeiro dos acionistas, caso necessário. Por fim, é importante destacar também que o capital circulante líquido negativo é decorrente de gastos realizados em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data projetada para encerramento da oferta pública. A administração considera que, devido ao caráter temporário e de prazo reduzido, o item 1.3 acima não terá impacto relevante no capital de giro.

## **2. Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis**

As Demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas de forma condizente com as normas específicas emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas tempestivamente.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As Demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 30 de janeiro de 2017.

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e estão escritas a seguir:

### **2.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

### **2.2. Receita operacional**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### 2.2.1. Receita de concessão

##### a) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

##### b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (“ICPC 01 (R1)”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

##### c) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **2.3. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos.

#### b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.



## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **2.5. Ativo financeiro indenizável**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento, a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando um valor superior aquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados trimestralmente.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como “Ativo financeiro indenizável”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

### **2.6. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses.

### **2.7. Tributação e encargos regulatórios**

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, é calculada por meio da aplicação do percentual sobre o lucro líquido ajustado. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Além do Imposto de Renda e da Contribuição Social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

### **2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### **2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **2.10. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

### **2.11. Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **2.12. Informações por segmento**

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

## **3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9** - Instrumentos financeiro

**IFRS 15** - Receita de contratos de clientes

**Modificações a IAS 16 e IAS 41** - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola

**Modificações a IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização

**Modificações às IFRS** - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014

**Modificações a IAS 1** - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Bancos conta movimento	5	4
Aplicação financeira BB - CDB DI	120	230
Aplicação financeira BB Compromissada DI	2.306	50.170
Aplicação financeira BTG Pactual	453	-
Aplicações financeiras – Portfólio Santander	-	762
Rendas a receber	167	428
<b>Total</b>	<b><u>3.051</u></b>	<b><u>51.594</u></b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDB foram remuneradas à taxa média de 100% do CDI.

### 5. Impostos e contribuições sociais

O valor, em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 5.433 (R\$ 4.246 em 31 de dezembro de 2015), classificado como impostos a recuperar está composto como abaixo:

<b>ATIVO</b>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS a compensar	6	-
COFINS a compensar	27	-
IR sobre aplicações financeiras	670	19
Saldo Negativo IR e CSLL	<u>4.730</u>	<u>4.227</u>
Total ativo circulante	<u>5.433</u>	<u>4.246</u>

Os valores referentes a saldo negativo IR e CSLL são referentes a apuração sobre o Prejuízo fiscal e sobre Base negativa acumulados.

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **6. Contas a Receber - Ativo financeiro indenizável**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está composto como abaixo:

<b>Ativo Financeiro</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Serviços de construção	1.279.486	968.189
Amortização	(11.254)	-
Total Líquido	<b>1.268.232</b>	<b>968.189</b>
<b>Segregação entre Curto e Longo Prazo</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Circulante	33.042	-
Não circulante	1.235.190	968.189
Total	<b>1.268.232</b>	<b>968.189</b>

## 7. Títulos e valores mobiliários

O saldo de R\$ 7.688 em, 31 de dezembro de 2016, representa o valor acumulado na conta reserva apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o BNDES. O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

## 8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo de fornecedores está composto conforme a seguir:

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

<b>FORNECEDORES</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	1.780	-
São Simão Engenharia Ltda.	2.161	10.843
Engevix Engenharia	1.506	9.517
Isolux Projetos e Instalações	-	6.398
Siemens Ltda	12.213	10.057
Procel Construtora	-	1.185
Tabocas Participações	1.672	-
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	3	1.412
Outros	2.928	8.543
	<b>22.263</b>	<b>47.955</b>

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra e são liquidados em até 60 dias.

## 9. Empréstimos e financiamentos

### **Empréstimos BNDES**

Em 21 de outubro de 2015, a empresa celebrou o contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES no valor de R\$606.241 (Seiscentos e seis milhões, duzentos e quarenta mil e oitocentos e vinte reais).

Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de três Subcréditos:

a) Subcrédito "A" – no valor de R\$543.725 (Quinhentos e quarenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta reais), destinado a implantação de projeto. A taxa de juros é de 2,42% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de novembro de 2016 e última em 15 de outubro de 2030.

b) Subcrédito "B" – no valor de R\$59.500 (Cinquenta e nove milhões, quinhentos mil e trinta reais), destinado a aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é de 2,02% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de novembro de 2016 e última em 15 de outubro de 2030.

c) Subcrédito "C" – no valor de R\$3.016 (Três milhões, dezesseis mil, cento e vinte reais), destinado a investimentos socioambientais. A taxa de juros é a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 165 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 2017 e última em 15 de outubro de 2030.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão.

No dia 19 de novembro de 2015, ocorreu a primeira liberação de recursos por parte do BNDES no valor total de R\$ 542.554, sendo que R\$ 499.162 correspondem ao Subcrédito "A" e R\$ 43.392 correspondem ao Subcrédito "B".

No dia 19 de fevereiro de 2016, ocorreu a segunda liberação de recursos por parte do BNDES no valor total de R\$ 30.000 correspondente ao Subcrédito "A".

No dia 16 de maio de 2016, ocorreu a terceira liberação de recursos por parte do BNDES no valor total de R\$ 15.165 correspondente ao Subcrédito "A".

No dia 14 de outubro de 2016, ocorreu a segunda liberação de recursos por parte do BNDES no valor total de R\$ 16.355 correspondente ao Subcrédito "B".

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado da dívida é de R\$ 607.639, líquidos dos custos de transação.

### **MUTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS**

	31/12/2015	Captação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2016
BNDES Subcrédito A	504.200	45.165	52.595	(47.475)	(6.570)	547.686
BNDES Subcrédito B	43.810	16.354	4.200	(3.921)	(719)	59.953
	<b>548.010</b>	<b>61.519</b>	<b>56.795</b>	<b>(51.396)</b>	<b>(7.289)</b>	<b>607.639</b>

### **SEGREGAÇÃO ENTRE CURTO E LONGO PRAZO**

	<u>CURTO PRAZO</u>	<u>LONGO PRAZO</u>	<u>TOTAL</u>
Subcrédito "A"	41.434	506.520	547.954
Subcrédito "B"	4.524	55.429	59.953
(-) Custo de Transação	(19)	(249)	(268)
Total	<b>45.939</b>	<b>561.700</b>	<b>607.639</b>

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *convenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária;



## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

- b) Não ceder, nem vincular, em favor de outro credor os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES;
- c) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado;
- d) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFAC's durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu Capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- e) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas Demonstrações Financeiras anuais da Beneficiária;
- f) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 20%, expurgando, para este cálculo os efeitos decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01;
- g) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas;
- h) Apurar anualmente o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato.

O contrato de cessão estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,20, a Companhia deverá, após a divulgação das demonstrações financeiras, elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva conforme indicado no item anterior, de forma a manter o montante equivalente a 6 vezes o valor da prestação vincenda do serviço da dívida. O índice apurado foi de 0,07 principalmente pelo fato da energização ter ocorrido de forma parcial ao longo do exercício de 2016. Não há previsão de vencimento antecipado em função da apuração do ICSD abaixo de 1,20.

Conforme metodologia definida no contrato de empréstimo o ICSD foi apurado pela relação entre a geração de caixa e o serviço da dívida. A Geração de caixa foi calculada considerando o EBITDA ajustado pela exclusão dos efeitos da aplicação do Pronunciamento ICPC 01- (R1), e o serviço da dívida considerou as amortizações de principal e encargos ocorridas no exercício.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

		dez-16 R\$
<b>EBITDA</b>		
(+/-)	Lucro / Prejuízo Antes do IR	78.363,00
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	58.705,00
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
( + )	Depreciações e Amortizações	28,95
(+/-)	Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de perdas anteriores	-
(+/-)	Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo	-
( - )	Outras receitas operacionais	-
( + )	PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-
( - )	Margem de construção (Receita de construção - Custo de construção)	-
( - )	Receita com Ativo Financeiro de Concessão	- 143.480,48
( - )	Receita para cobertura dos gastos com operação e manutenção das atividades de transmissão de energia elétrica	-1.703,00
( + )	RAP no exercício (neste momento deve estar considerado a respectiva parcela do PIS e COFINS bem como as demais deduções da Receita Operacional Bruta atinentes às atividades da transmissão)	12.424,17
(+/-)	Outros Ajustes IFRS	-
		<b>4.337,64</b>
<b>Geração de Caixa da atividade</b>		
( + )	EBITDA	4.337,64
( - )	Pagamento de IR	-
( - )	Pagamento de CSLL	-
		<b>4.337,64</b>
<b>Serviço da Dívida</b>		
( + )	Amortização de Principal	7.289,00
( + )	Pagamento de Juros	51.396,00
		<b>58.685,00</b>
<b>ICSD = Geração de Caixa da atividade / Serviço da Dívida</b>		
	Geração de Caixa da atividade	4.337,64
	Serviço da Dívida	58.685,00
		<b>0,07</b>

### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia,

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a empresa terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos passivos é a seguinte:

<b>ATIVO DIFERIDO</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>IR - 25%</b>	<b>CSLL - 9%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>56.522</b>	<b>14.084</b>	<b>5.087</b>	<b>19.171</b>
ADIÇÕES 2016	65.117	16.255	5.860	22.115
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>121.639</b>	<b>30.339</b>	<b>10.947</b>	<b>41.286</b>

  

<b>PASSIVO DIFERIDO</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>IR - 25%</b>	<b>CSLL - 9%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>95.320</b>	<b>23.760</b>	<b>8.579</b>	<b>32.339</b>
ADIÇÕES 2016	143.480	35.846	12.913	48.759
AMORTIZAÇÃO	(2.144)	(536)	(193)	(729)
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>		<b>59.070</b>	<b>21.299</b>	<b>80.369</b>
<b>Líquido</b>		<b>28.731</b>	<b>10.352</b>	<b>39.083</b>

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

O reflexo no resultado está demonstrado como abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido:		
Imposto de renda diferido Passivo	(35.306)	(19.483)
Imposto de renda diferido Ativo	16.255	13.993
	<u>(19.051)</u>	<u>(5.490)</u>
Contribuição social diferido:		
Contribuição social diferido Passivo	(12.733)	(7.023)
Contribuição social diferido Ativa	5.860	5.046
	<u>(6.873)</u>	<u>(1.977)</u>

## 11. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 19 de agosto de 2015, com base na Ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, o Capital Social Autorizado de R\$ 270.718 passou a ser de R\$ 414.763.

Em 20 de agosto de 2015, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 60.000.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 60.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 265.001 para R\$ 325.001.

Em 30 de setembro de 2015, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de setembro de 2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 30.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 325.001 para R\$ 355.001.

Em 22 de outubro de 2015, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de setembro de 2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 30.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 355.001 para R\$ 385.001.

Em 04 de fevereiro de 2016, com base na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de janeiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 29.760, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 29.760.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 385.001 para R\$ 414.761.

Em 31 de dezembro de 2016, com base nas Atas de Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 10 de agosto e 28 de dezembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 120.000, proporcional a participação acionária

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

de cada sócio, com a emissão de 120.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 414.761 para R\$ 534.761.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 534.761, dividido em 534.761.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia, em reais, é como se segue:

	<u>Ações</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	272.728.110
Furnas Centrais Elétricas S.A.	131.016.445
Copel Geração e Transmissão S.A.	131.016.445
	<u>534.761.000</u>

### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

### c) Reserva de retenção de lucros

Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista.

### d) Reserva de lucros a realizar

A administração da Companhia, em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar.

Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela de lucros não realizados financeiramente foi integralmente absorvida pelo lucro líquido do exercício, devido ao reconhecimento do rendimento sobre o ativo financeiro, no montante de R\$ 143.480, que financeiramente será realizado a longo prazo.

### e) Dividendos mínimos obrigatórios

A administração da Companhia, em conformidade com a legislação brasileira, optou por destinar 25% do Lucro Líquido após a constituição da reserva legal, para a constituição de reserva de dividendos a serem distribuídos em 2017.

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

A companhia destinou o valor de R\$12.454 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios sendo R\$0,0233 para cada ação do capital social.

### 12. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Receita de Construção	167.774	533.470
Remuneração dos ativos de concessão	143.480	78.025
Receita de operação e Manutenção	1.703	-
<b>TOTAL</b>	<b>312.957</b>	<b>611.495</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
PIS	(208)	-
COFINS	(959)	-
<b>TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>311.790</b>	<b>611.495</b>

### 13. Custos de construção

O custo de construção refere-se aos custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, como se segue:

<b>Custo</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Edificações e obras civis	(117.800)	(307.491)
Compartilhamento de custos	(4.861)	-
Máquinas e equipamentos	(98.106)	(226.698)
Indenizações nas servidões	(2.617)	(2.478)
Pessoal e encargos operacionais	(1.449)	(1.355)
Serviços de terceiros	(4.930)	(2.686)
Seguros	(885)	(438)
Tributos	(7)	(3.438)
Adiantamentos a fornecedores	64.391	11.494
Depósitos judiciais	(424)	-
Outros	(1.086)	(379)
	<b>(167.774)</b>	<b>(533.470)</b>

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 14. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou as seguintes operações com partes relacionadas:

#### 14.1. Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 1.435 (Em 2015 R\$ 1.299).

#### 14.2. Operações comerciais

Nome	Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2016
<b>Ativo</b>				
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	Acionista	Ativo Financeiro	Engenharia do proprietário	737
SERRA PARACATU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	Ativo Financeiro	Compartilhamento de instalações	847
SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	Ativo Financeiro	Engenharia do proprietário, O&M e CCI	6.029
				<b>7.613</b>
<b>Passivo</b>				
SERRA PARACATU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	Fornecedores	Compartilhamento de instalações	94
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS	Acionista	Fornecedores	Engenharia do proprietário	77
SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	Fornecedores	Engenharia do proprietário, taxa de conservação e O&M	1.780
LUZIANIA-NIQUELANDIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	Fornecedores	Taxa de conservação	7
				<b>1.864</b>
<b>Resultado</b>				
<b>Despesas</b>				
STATE GRID BRASIL HOLDING - ALUGEL	Acionista	Custos administrativos	Aluguel	450
SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Empresa ligada	O&M	Taxa de conservação	46
LUZIANIA-NIQUELANDIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Acionista	O&M	Taxa de conservação	19
				<b>515</b>

### 15. Instrumentos financeiros

#### 15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

## Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 e 2015, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2016			31/12/2015
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.051	3.051	51.594
Impostos a recuperar	-	5.433	5.433	4.246
Contas a receber - Faturamento	40	-	40	-
Despesas pagas antecipadamente	-	56	56	46
Ativo financeiro indenizável	1.268.232	-	1.268.232	968.189
IR e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	19.171
Títulos e valores mobiliários	-	7.688	7.688	-
	<b>1.268.272</b>	<b>16.228</b>	<b>1.284.500</b>	<b>1.043.246</b>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos Financeiros	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores e retenções contratuais	23.752	49.277
Empréstimos e financiamentos	607.639	548.010
Impostos e contribuições sociais	461	2.320
Salários e encargos	472	326
Impostos e contribuições diferidos	39.083	32.339
	<b>671.407</b>	<b>632.272</b>

### 15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e



## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a) Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b) Riscos ambientais**

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

### **15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

## **16. Suspensão da RAP pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS**

Em 13/09/2016, a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“PTE”) foi notificada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a respeito do cancelamento do Termo de Liberação Parcial para operação comercial provisória (“TLP”) que autorizava sua operação comercial no trecho G3, de aproximadamente 346 km e interligando as subestações de Luziânia (GO) e Pirapora 2 (MG). Este TLP foi concedido em 12/05/2016, após a Companhia cumprir rigorosamente todos os procedimentos de rede previstos pelo ONS. A notificação menciona a ausência da Licença de Operação (“LO”) do referido trecho como pendência impeditiva própria, segundo orientação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”),

## **Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

além de prever ajustes no processo de pagamento da Receita Anual Permitida no valor estimado de R\$ 10.900, que foram recebidos durante a vigência do TLP.

A Companhia destaca que:

- i) Cumpriu rigorosamente os Procedimentos de Rede, o que permitiu ao ONS a emissão do TLP e início da operação comercial parcial;
- ii) Protocolou pedido de LO em março de 2016 e respondeu prontamente os questionamentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA");
- iii) A linha de transmissão estava disponível e foi plenamente utilizada pelo ONS neste período, não havendo justificativa para qualquer ajuste no processo de pagamento da Receita Anual Permitida;
- iv) Já está tomando todas as medidas cabíveis para restituição do TLP o mais rápido possível;
- v) Com base em parecer jurídico obtido pela Companhia em 29 de setembro de 2016, conclui-se que o ONS reconheceu não haver previsão de obrigatoriedade da LO como pendência impeditiva própria nos procedimentos de rede vigentes no momento do cancelamento dos TLPs, sendo possível afirmar que os atos de emissão do TLP não estavam eivados de vícios de legalidade. Assim, entende-se que há fundamentos jurídicos para sustentar a tese segundo a qual o ONS não poderia exigir da Companhia a devolução da RAP auferida no período de vigência do TLP.
- vi) Não identifica a necessidade, no momento, de reconhecer contabilmente qualquer efeito em suas demonstrações financeiras até que o assunto seja amplamente debatido.

### **Evento subsequente**

Em 30 de janeiro de 2017, o Ministério do Meio Ambiente, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, emitiu a Licença de Operação nº 1367/2017 em favor da Companhia, equacionando assim a única pendência indicada pelo ONS para a suspensão da RAP. Imediatamente, a Companhia solicitou ao ONS a liberação do TLP e requereu o pagamento dos valores dos meses anteriores, desde a data de suspensão da RAP.